



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CAMPUS AGRESTE

NÚCLEO DE GESTÃO

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

JOHNNY KEVIN SANTOS MENDES DE ANDRADE

**UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE AS ESTRATÉGIAS DE
DESENVOLVIMENTO DO BRASIL E DA COREIA DO SUL - PERÍODOS
SELECIONADO**

Caruaru

2021

JOHNNY KEVIN SANTOS MENDES DE ANDRADE

**UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE AS ESTRATÉGIAS DE
DESENVOLVIMENTO DO BRASIL E DA COREIA DO SUL - PERÍODOS
SELECIONADOS**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado
ao curso de Ciências Econômicas da Universidade
Federal de Pernambuco, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. José Valdecy Guimarães Júnior

Caruaru

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Andrade, Johnny Kevin Santos Mendes de.

UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE AS ESTRATÉGIAS DE
DESENVOLVIMENTO DO BRASIL E DA COREIA DO SUL - PERÍODOS
SELECIONADOS / Johnny Kevin Santos Mendes de Andrade - 2021.

29f.: il.;30 cm.

Orientador(a): José Valdecy Guimarães Junior

TCC (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Ciências
Econômicas, 2021.

1. Coreia do Sul. 2. Brasil. 3. Desenvolvimento Econômico. 4. Estado e
Desenvolvimento. I. Guimarães Junior, José Valdecy II. Título.

330 CDD (22.ed.)

JOHNNY KEVIN SANTOS MENDES DE ANDRADE

**UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE AS ESTRATÉGIAS DE
DESENVOLVIMENTO DO BRASIL E DA COREIA DO SUL - PERÍODOS
SELECIONADOS**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao curso de Ciências Econômicas
da Universidade Federal de Pernambuco, como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em: 22/12/2021

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. José Valdecy Guimarães Júnior

Profa. Msc. Ana Paula Sobreira

Prof. Dr. Márcio Miceli Maciel de Sousa

RESUMO

O Brasil e a Coreia do Sul são dois países que tiveram suas industrializações iniciadas tardiamente, e dois casos distintos no que diz respeito ao sucesso alcançado por cada um. O Brasil permanece até os dias de hoje como país em desenvolvimento, enquanto a Coreia já alcançou o status de país desenvolvido. O objetivo deste trabalho é o de destacar momentos-chaves da história econômica dos dois países e analisá-los a partir das políticas econômicas adotadas para melhor compreender os elementos decisivos em suas trajetórias. A análise não é realizada dentro de um período fixo e paralelo, mas sim fazendo uso de marcos que possibilitam demarcar o nascimento da indústria nos países de forma autônoma, ocorrendo de forma mais acentuada até a conclusão da segunda revolução industrial, praticamente paralela, mas também percorrendo de forma mais breve até períodos mais recentes após 1980.

Palavras-chave: Coreia do Sul; Brasil; industrialização; desenvolvimento econômico; Estado e desenvolvimento.

ABSTRACT

Brazil and South Korea both initiated their industrialisation processes lately, and they differ in the relative success they achieved. Brazil is still a developing country, whereas South Korea has already reached the status of a developed country. This paper aims to highlight key-moments in the economic history of both countries and analyse them from their economic policies to better understand the decisive elements in their trajectory. The analysis is not carried out within a fixed and parallel period, but using milestones that make it possible to autonomously demarcate the birth of industry in countries, occurring more sharply until the conclusion of the second industrial revolution, practically parallel, but also running more briefly to more recent periods after 1980.

Keywords: South Korea; Brazil; industrialisation, economic development; State and development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Crescimento do PIB (anual %) - Coreia do Sul-1962-1971	16
Figura 2 –	Penetração do capital estrangeiro durante o “milagre” – 1962-1970	19
Figura 3 –	Crescimento do PIB (anual %) - Coreia do Sul, 1972-1981	21
Figura 4 –	Crescimento do PIB (anual %) - Brasil, 1967-1979	22
Figura 5 –	Brasil e Coreia: propriedade das empresas de bens de capital, 1980	23
Figura 6 –	Taxas de Crescimento do PIB (%) – Brasil e Coréia do Sul – 1980-2020	24

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	INTERPRETAÇÕES DA INDUSTRIALIZAÇÃO NA COREIA DO SUL E NO BRASIL.....	10
2.1	AS INTERPRETAÇÕES NO BRASIL.....	10
2.2	AS INTERPRETAÇÕES NA COREIA DO SUL.....	12
3	OS PROCESSOS DE INDUSTRIALIZAÇÃO E O PAPEL DO ESTADO NA COREIA DO SUL E NO BRASIL.....	13
3.1	OS MOMENTOS INICIAIS DECISIVOS.....	13
3.2	CULMINAÇÃO DA SEGUNDA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL.....	17
4	CONCLUSÃO.....	25
	REFERÊNCIAS.....	27

1. INTRODUÇÃO

As políticas de desenvolvimento econômico são temas de debate há muito tempo na teoria econômica, dividindo economistas em posições diversas sobre o binômio crescimento e desenvolvimento econômicos. O crescimento nacional diz respeito ao aumento da riqueza, neste caso de um ou mais países, refletindo no volume produzido e na quantidade de transações realizadas, não necessariamente na qualidade de vida de todos que compõem a economia.

O desenvolvimento como sinônimo de industrialização faz parte da concepção original da CEPAL e nasce da constatação de Prebisch acerca da composição das exportações e importações de países centrais e periféricos, estes menos favorecidos por produzirem itens primários e aqueles, itens manufaturados. O consequente desequilíbrio da balança de pagamentos precisaria ser combatido, para isso sendo necessária a industrialização, alterando a composição das importações e exportações, possibilitando a superação do subdesenvolvimento que assola a periferia. (NIEDERLE; RADOMSKY, 2007, p. 42-43)

[...] De acordo com Furtado, o subdesenvolvimento é uma condição estrutural dos países pouco industrializados (os latino-americanos), pelo fato de que, nesses países, as inovações nos padrões de consumo - e a adoção de um estilo de vida nos moldes dos países centrais - não suscitaram, como contrapartida, a adoção de métodos produtivos eficazes. (NIEDERLE; RADOMSKY, 2007, p. 43-44)

Ao longo da história econômica dos países, as análises suportam ou contestam a participação do Estado na direção da economia, por vezes tratando-o como essencial e, em outras, como empecilho. No entanto, os fatos corroboram a uma ativa participação do Estado no processo de desenvolvimento, como um “agente empreendedor”, capaz de tomar riscos e realizar investimentos que o mercado não está disposto, por isso fora capaz de promover diversos avanços, que passam pela internet, nanotecnologia e setor farmacêutico, por exemplo (Mazzucato, 2013).

Dentro dos debates se encontram a história econômica do Brasil e da Coreia do Sul, com suas particularidades e características. O caso coreano se destaca pelo seu sucesso, estabelecimento como país desenvolvido e potência tecnológica mundial, tendo como marco do processo a década de 1950. O Brasil, por outro lado, teve seu ponto de inflexão na década de 1930 (FURTADO, 2006, p. 251-262), mas não obteve o mesmo sucesso coreano, culminando, posteriormente, em uma fase de desindustrialização crescente a partir da década de 1990.

A partir de 1950, a Coreia do Sul contou com um período relativamente mais vantajoso para iniciar seu processo de desenvolvimento econômico, contando, a partir daí, com a participação ativa do Estado na montagem de planos de crescimento e fomento industrial. Para isso fez uso de metas quinquenais para o amadurecimento de sua indústria, redesenhando-os de acordo com novas condições que surgiam ao longo do tempo, mas também pelo cumprimento de metas estipuladas anteriormente. (LIMA, 2013, p. 59-62).

No caso do Brasil, o mesmo reunia ainda no século XIX condições iniciais para atender o nascimento da sua indústria, tendo o café um de seus promotores, por fazer uso de trabalho remunerado e gerar condições para o surgimento de um mercado interno. No entanto, apenas a partir da década de 1930 reúne as condições necessárias, tendo grande peso na defesa do café, apesar do governo simpático às pautas de industrialização (BRESSER-PEREIRA, 1968, p. 28-30).

No entanto, no caso brasileiro, destaca-se a falta de planejamentos contínuos para promover a industrialização por um longo período de tempo em um país altamente dependente de um item primário, caracterizando nessa falta de coordenação em torno do planejamento industrial um grande diferencial em relação à Coreia do Sul.

O objetivo geral deste trabalho é o de levantar e comparar momentos chaves na história econômica do Brasil e da Coreia do Sul a partir das políticas econômicas adotadas pelos seus respectivos Estados. Como objetivo específico tem-se a reconstrução do processo histórico-econômico do Brasil e da Coreia do Sul, destacando os momentos chaves que tenham sido determinantes para o sucesso e insucesso de cada país, realizando a demonstração de dados relevantes.

Este trabalho tem como hipótese o diferencial da participação do Estado, em países essencialmente agrícolas, como agente promotor de desenvolvimento a partir do planejamento e da implementação de políticas de industrialização que promovam mudanças estruturais que sejam capazes de elevar o patamar da renda nacional, contribuindo para a melhoria do emprego e da qualidade de vida da população.

O diferencial deste trabalho está na avaliação dos processos de industrialização do Brasil e da Coreia do Sul, tendo ponto de partida a gênese industrial autônoma de cada um, não fazendo uso, portanto, de encadeamentos paralelos de eventos, e sim de uma revisão sobre os

processos de modo mais integral, pois o caso brasileiro conta com longo período de tempo de vantagem.

O trabalho está dividido cinco em seções. Além desta introdução, a seguinte contempla uma revisão da bibliográfica sobre os modelos de interpretação do desenvolvimento econômico da Coreia do Sul e do Brasil. A terceira seção versa sobre os eventos e decisões econômicas que culminaram na segunda revolução industrial do Brasil e da Coreia e numa breve análise do que se sucedeu a partir daí. Na quarta é realizada a conclusão do estudo.

2. INTERPRETAÇÕES DA INDUSTRIALIZAÇÃO NA COREIA DO SUL E NO BRASIL

Tanto o Brasil quanto a Coreia do Sul contam com correntes teóricas distintas que interpretam os processos pelos quais as suas economias passaram, abordando os eventos e condições históricas atrelados às etapas de desenvolvimento de suas indústrias.

2.1 AS INTERPRETAÇÕES NO BRASIL

Dentre as posições debatidas mais importantes sobre a origem da industrialização e o consequente desenvolvimento econômico brasileiro estão a teoria dos choques adversos, a da industrialização liderada pela expansão das exportações e a do capitalismo tardio. Menos verossímil a teoria que considera a industrialização como sendo promovida deliberadamente por políticas do governo, mas é digna de nota no escopo do que o estudo aqui proposto visa alcançar.

A Teoria dos Choques Adversos teve como expoentes Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares, associando a crise do café e dos anos 1930 com a origem da industrialização brasileira (SUZIGAN, 2021 p. 25). Essa teoria é caracterizada pela crise dos anos 1930, em que a reação do governo foi decisiva para os resultados alcançados.

A intervenção do governo que compreende a Teoria dos Choques Adversos foi de natureza fiscal e monetárias expansionistas. Do lado fiscal esteve o gasto governamental destinado às compras de vultosos estoques de café para serem destruídos, tendo como consequência a manutenção da renda e da demanda na economia, sobretudo pelos bens manufaturados. Do lado da política monetária, uma série de reformas foram colocadas em prática, a exemplo da reforma do sistema bancário, com a finalidade de atender as necessidades de financiamento internos e diminuindo a dependência junto ao crédito externo, o câmbio

também tendo sido alvo de controle direto (ARAÚJO; MATTOS, 2021). O câmbio depreciado no período, que acarretou em um baixo coeficiente a importar, conclui a série de políticas favoráveis ao desenvolvimento industrial brasileiro a partir de 1930 sob a ótica dos choques adversos (FURTADO, 2007)

A teoria da industrialização liderada pelo setor externo aparece como contraponto à teoria dos choques adversos. Em sua versão mais consistente, desenvolvida por Warren Dean e Robert Nicol, defende que a expansão das exportações de café afetava positivamente a industrialização no estado de São Paulo (Estado preferível a um estudo devido ao seu avançado estágio de industrialização em relação aos demais), e que pelo contrário, quedas no desempenho do setor exportador atrasavam o desenvolvimento industrial naquele estado. (SUZIGAN, 2021, p. 32-33).

De acordo com a interpretação do Capitalismo Tardio, em um primeiro momento o setor cafeeiro foi responsável pela promoção da industrialização brasileiro; a expansão do café representava a expansão da indústria e vice-versa. Em um segundo momento a industrialização é impulsionada pela Grande Depressão, sendo aqui muito similar à teoria dos choques adversos em seu conteúdo (SUZIGAN, 2021, p. 34-39).

A teoria da industrialização intencionalmente promovida pelo governo implica que o governo brasileiro impôs uma série de tarifas, concessões e subsídios para promover a industrialização. Porém, o período anterior à Primeira Guerra Mundial não houve quantidade relevante de políticas de promoção da indústria, à exceção de alguns setores ocasionalmente, e nem sequer durante a guerra os incentivos chegaram a se tornar sistemáticos (SUZIGAN, 2021, p. 41-47). A importância de citar essa teoria, que talvez possa adquirir menor importância no contexto geral, é a de se estabelecer a ausência de políticas industriais sistemáticas intencionais na gênese do desenvolvimento econômico do Brasil.

As teorias em questão direcionam a atenção a algum ponto particular para explicar o início da industrialização brasileira. A teoria dos choques adversos deposita na década de 1930 o ponto de inflexão no processo, período este de crise em que os esforços para manter a renda do país através da economia cafeeira impulsionaram a industrialização. A teoria da industrialização liderada pelo setor externo destaca a importância das exportações de café e do seu crescimento para o surgimento e crescimento da indústria brasileira. A interpretação da industrialização intencionalmente promovida pelo governo propõe que ações propositais do Estado levaram ao nascimento da indústria no Brasil. Já a interpretação do capitalismo tardio

faz uma releitura das teorias dos choques adversos e da industrialização promovida pelo setor exportador, atribuindo peso histórico às duas, ao mesmo tempo que reconhece a importância particular da década de 1930.

2.2 AS INTERPRETAÇÕES NA COREIA DO SUL

Há três posições extremamente relevantes e concorrentes dentro do debate do desenvolvimento sul-coreano: a neoclássica, a heterodoxa e a do setor externo favorável como fator determinante.

A visão econômica ortodoxa do desenvolvimento se coloca como contrária a uma política de substituição à importação, pois ela geraria distorções no sistema de preços, implicando na necessidade de o Estado criar um ambiente livre de intervenções e amigável ao mercado, contando ainda o propósito de produzir para exportar. Essa corrente teórica considera presentes esses elementos positivos na Coreia do Sul a partir de 1964, ano em que o país teria passado por uma série de reformas liberalizantes. (LIMA, 2013, p. 17-22).

The market-friendly view set forth in World Development Report (1991) expanded on the neoclassical view, describing how rapid growth has been associated with effective but carefully delimited government activism. According to the market-friendly view, governments should perform four functions of growth: ensure adequate investments in people, provide a competitive climate for private enterprise, keep the economy open to international trade, and maintain a stable macroeconomy. Beyond these roles, governments are likely to do more harm than good. Based on an exhaustive review of the experience of developing economies during the past thirty years, World Development Report (1991) concluded that governments generally have failed to improve economic performance by guiding resource allocations through means other than market mechanisms. (WORLD BANK, 1993, p. 9-10) ¹

A posição econômica heterodoxa se opõe à ortodoxa à medida que credita ao Estado os louros do sucesso do avanço da economia sul-coreana, dando ênfase à importância do planejamento e outras decisões que favoreceram o seu desenvolvimento industrial. O Estado busca o crescimento, mesmo em cenários desfavoráveis, através de políticas macroeconômicas

¹ A posição econômica favorável ao mercado, estabelecida em “World Development Report (1991)”, expandiu a visão neoclássica, descrevendo o quanto o rápido crescimento [dos países] esteve associado com um ativismo efetivo, mas cuidadosamente delimitado, do Estado. De acordo com a posição favorável ao mercado, os governos deveriam realizar quatro funções de crescimento: assegurar investimento adequado na população, promover um clima favorável para o empresariado privado, manter a economia aberta ao comércio internacional e preservar uma macroeconomia estável. Para além destes papéis, os governos tendem a fazer mais mal do que bem. Baseado em uma exaustiva revisão da experiência de economias em desenvolvimento durante os últimos 30 anos, o “World Development Report (1991)” concluiu que o governo geralmente tem falhado em melhorar a performance econômica ao gerir a alocação de recursos através de meios que estão além dos mecanismos de mercado. (WORLD BANK, 1993, p. 9-10)

e provoca a expansão da produtividade interna, tendo entre suas políticas econômicas a limitação de importação com o intuito de fomentar o crescimento industrial nacional. Dentro dessa realidade, é destacada a presença das grandes empresas conhecidas como *Chaebols* que marcaram a cooperação entre o Estado e o setor privado para que as metas estabelecidas fossem alcançadas. Há, portanto, recusa dessa linha interpretativa da visão ortodoxa que coloca o princípio do desenvolvimento no setor externo e em decisões voltadas para ele. (LIMA, 2013, p. 23-28).

A próxima vertente destaca como decisivo para a Coreia do Sul as condições favoráveis do mercado externo, resultado de políticas norte-americanas no pós o fim da Segunda Guerra Mundial, beneficiando, doravante, os países do Leste Asiático. Os países dessa região gozaram de balanços de pagamento com superávits crescentes com os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e de um influxo de investimentos externos. Dentro do modelo de interpretação em que o setor externo foi favorável e decisivo, o Japão também teve papel importante com a concessão de empréstimos à Coreia do Sul, representando a partir de 1966 mais de 50% no total de empréstimos contraídos por este país. (LIMA, 2013, p. 29-32).

Destarte, apresentam-se, assim, três correntes extremamente relevantes e concorrentes dentro do debate do desenvolvimento sul-coreano. A neoclássica aponta o mercado e uma política orientada à exportação como diferenciais. A heterodoxa compreende o mercado interno e o Estado como essenciais para explicar o sucesso sul coreano. E, por último, a vertente que defende que o setor externo favorável foi determinante à Coreia do Sul para lograr o seu desenvolvimento.

3. OS PROCESSOS DE INDUSTRIALIZAÇÃO E O PAPEL DO ESTADO NA COREIA DO SUL E NO BRASIL

Tanto o Brasil quanto a Coreia do Sul são países que tiveram sua industrialização tardia e durante parte ou todo o processo contaram com a participação do Estado para a consolidação desse desenvolvimento. No entanto, ambos países partem de condições distintas e o que se busca ressaltar aqui é que a caminhada brasileira não é paralela à coreana, mas, que apesar disso, terminam a Segunda Revolução Industrial quase que paralelamente.

3.1. OS MOMENTOS INICIAIS DECISIVOS

Em sua história econômica como nação independente, o café teve peso crucial na renda nacional brasileira. O café esteve envolvido na decisão dos grandes produtores na adoção de

trabalho assalariado, promovendo o crescimento do mercado interno e deslocando-o para além dos centros urbanos. Dentro desse período de engatilhamento do desenvolvimento industrial brasileiro, a indústria têxtil, surgida nos anos 1850 e a adoção do transporte ferroviário no século XIX para atender as demandas exportadoras também realizaram papel importante. (BRESSER-PEREIRA, 1968, p. 28-30)

Com efeito, apenas em 1930 se inicia no Brasil a aceleração de sua primeira fase de Revolução Industrial, em que ocorre a inversão do peso relativo da indústria, superando a cultura do café e outros produtos agrícolas relevantes. As políticas macroeconômicas de natureza anticíclica, colocadas em prática pelo Presidente da República Getúlio Vargas, e a capacidade ociosa instalada na indústria formada nos anos 1920, causaram um impulso que promoveu grande desenvolvimento industrial ao Brasil e a possibilidade de o país ser um dos primeiros a saírem da crise iniciada em 1929, mesmo antes das grandes potências industriais da época (ARAÚJO; MATTOS, 2021).

A Segunda Guerra Mundial permitiu ao Brasil um aumento dos seus saldos cambiais mediante a impossibilidade de importar. No entanto, com a queda de Getúlio Vargas em 1945, o país passa por um período liberalizante, permitindo que essas divisas fossem gastas por meio da importação de bens de consumo. Embora haja ocorrido desperdício de recursos, o país obteve crescimento e a indústria conseguiu se beneficiar, tendo obtido desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, 1968, p. 38).

O que se busca destacar aqui, é que apesar dos bons resultados econômicos, tratava-se de um período crucial e a otimização do uso de recursos é imprescindível para que se obtenha vantagens estruturais duradouras. Observa-se em jogo no período de 1946 a 1950 a existência de um custo de oportunidade e ineficiência nas decisões para promover o desenvolvimento econômico nacional.

Todo o desenvolvimento ocorrido até então fora realizado sem maior planejamento, ao sabor dos estímulos externos (fundamentalmente nossa incapacidade cambial de importar bens de consumo manufaturados e a melhoria das relações de troca) que se casavam com a manutenção e crescimento da demanda interna. (BRESSER-PEREIRA, 1968, p. 43)

A partir da década de 1950 é que o Brasil passa a contar com políticas deliberadas de industrialização, presentes no segundo mandato de Getúlio Vargas, porém, apenas com Juscelino há a proposição de um salto com a entrada em novos ramos industriais (SAES &

SAES, 2013, p. 493). Esse salto pode ser representado pelo *Plano de Metas*, que consistia basicamente em investimentos em infraestrutura a partir de estatais e pelo estímulo à produção de bens de capital, de consumo duráveis e de alimentos (SOUZA, 2008, p. 30).

Kubitschek declarou que, com seu plano econômico, faria “50 anos em 5”. O plano foi executado quase na íntegra. Dos Cr\$ 355,8 bilhões previstos para investir-se no período 1957-61, 93,4% se destinavam ao investimento em energia, transporte e indústria de base (onde se incluía siderurgia, cimento, metais não ferrosos, fertilizantes, ou seja, insumos básicos fundamentais). As metas praticamente foram todas cumpridas. (SOUZA, 2008, p. 30)

O governo de Café Filho lançou as bases para a penetração do capital estrangeiro no Brasil, aspecto esse que fora adotado posteriormente pelo Presidente da República Juscelino Kubitschek (JK) no seu modelo econômico de desenvolvimento, sob a forma de investimento estrangeiro direto. Esse investimento direto vinha atraído por maiores oportunidades para aumentar sua taxa de lucro, trazendo ao Brasil capital no valor de US\$ 148 milhões no período de 1956-1961. No entanto, as remessas de lucro produzidas por este capital terminaram superando os investimentos, representando um investimento líquido negativo ao país. Os empréstimos e financiamentos chegaram a US\$ 529 milhões em 1961, o que também pressionaria o balanço de pagamentos do país. (SOUZA, 2008, p. 29-31)

O perfil do investimento direto, compondo 70% da modalidade, era formado por máquinas e equipamentos obsoletos provenientes de fábricas dos EUA, para setores como o de produção de bens de consumo de luxo, principalmente o de produção de automotores (SOUZA, 2008, p. 31-32).

A Coreia do Sul fora anexada pelo Japão em 1910, ficando sob seu controle até 1945. Entre 1946 e 1948, a Coreia do Sul esteve sob administração dos EUA, adquirindo total independência neste ano. No entanto, passara por uma guerra entre norte e sul que perdurará até 1953. Junto a esses eventos vem a consideração de que este país se encontrava em situação precária e predominantemente agrário (SAES & SAES, 2013).

Com o conjunto de eventos que assolaram a Coreia do Sul, é possível estabelecer como marco de seu processo de desenvolvimento o ano de 1953, estando o país capaz de resolver seu próprio destino e sem os obstáculos e destruições impostos por uma guerra.

Contando com a ajuda norte-americana para sua recuperação em forma de ajuda financeira na casa dos US\$ 300 milhões por ano e sob a ditadura de Syngman Rhee, a Coreia

do Sul dá início a um processo de substituição de importações que visava reconstruir o país. A ajuda financeira estadunidense possibilitou o desenvolvimento da indústria de energia e melhoria da infraestrutura, além do aumento da produção de alimentos com a compra no mercado externo de fertilizantes. (LIMA, 2013, p. 60-61)

A condução da política industrial com a concessão de subsídios não tinha ainda durante essa fase o caráter seletivo, com a escolha de empresas e setores estratégicos, característica esta que será predominante a partir dos anos 1960. (LIMA, 2013, p. 61)

A passagem de Syngman Rhee se encerra em 1960, mediante a sua renúncia, deixando ainda um país com uma indústria pouco desenvolvida e restrita à produção de bens não duráveis. Já com Park Chung Hee no poder, a Coreia do Sul começa a fazer uso de planos quinquenais com a intenção de avançar a sua estrutura industrial e diminuir a sua dependência externa. (COUTINHO, 2000, p. 353)

O 1º Plano Quinquenal, estabelecido por Park, esteve em voga de 1962 a 1967 e teve como objetivo a expansão da indústria manufatureira e a inserção da mesma no setor externo via exportações (COUTINHO, 2000, p. 353). Esse plano teve como foco a indústria leve, como o refino de petróleo e a produção de fertilizantes, mas nela também esteve contida a lei de Promoção do Setor Automobilístico, que derrubava tarifas para importação de peças e componentes de automóveis e aplicava proteção de mercado contra veículos estrangeiros (LIMA, 2013, p. 62, 151).

O 2º Plano Quinquenal (1967-1971) confirma o modelo econômico coreano voltado às exportações, visando o aumento da produtividade das áreas envolvidas, como tecidos, confecções, calçados, móveis, etc. Além disso, o plano também trata do desenvolvimento de novos setores da economia para que também agreguem no processo de inserção internacional do país, sendo eles a indústria química, de ferro, de aço e de maquinaria (SAES & SAES, 2013, p. 497).

A figura abaixo apresenta os dados de crescimento do PIB da Coreia do Sul entre 1962 e 1971.

Figura 1: Crescimento do PIB (anual %) - Coreia do Sul-1962-1971.

1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971
3,895%	9,021%	9,474%	7,318%	11,994%	9,08%	13,166%	14,561%	10,053%	10,546%

Fonte: The World Bank (2021)

Os dados acima demonstram o crescimento consistente da Coreia do Sul ao longo da execução dos planos quinquenais, evidenciado seu sucesso em promover o desenvolvimento deste país. A desaceleração que pode ser vista em 1970 evidencia um esgotamento dentro das metas estabelecidas dentro do primeiro e segundo planos quinquenais, o que levaria o governo sul-coreano a mudar o foco para a indústria pesada e química.

A economia coreana nos anos 1960 se encontrava bastante restritiva em relação à entrada dos investimentos estrangeiros diretos, intensificando essa tendência nos anos 1970. O país tomou a opção de criar seus próprios campeões nacionais, personificados pelos *chaebols*. Caracterizados como conglomerados empresariais familiares, eles se inseriam em atividades estratégicas com intenções voltadas à exportação e eram protegidas da concorrência estrangeira pelo Estado. (LIMA, 2013, p. 43-44)

3.2. CULMINAÇÃO DA SEGUNDA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Em 1961 o Brasil conclui seu ciclo industrial com os resultados obtidos durante o governo JK, precedida de décadas de grande crescimento, mas a partir de 1962 o país passa a enfrentar uma forte crise – a primeira crise do Brasil pós-industrial.

De acordo com Souza (2008), essa crise seria resultado das contradições de dois modelos econômicos distintos, o nacional-desenvolvimentista e o modelo de maior abertura ao capital estrangeiro. Se por um lado, a agenda nacional-desenvolvimentista buscava avançar, por outro o capital estrangeiro a consumia por dentro, não havendo a consolidação de nenhum dos dois modelos. Como visto anteriormente, essa abertura foi parte crucial do plano de governo JK.

Bresser-Pereira (1968) indica causas estruturais que levaram a essa queda da atividade econômica no Brasil no início da década de 1960, como a diminuição das oportunidades de investimento, que esteve associada à redução da possibilidade de substituição de importações, falta de mercado consumidor e queda nos salários reais.

A década de 1960 no Brasil foi marcada por diversas dificuldades como a inflação e a queda dos salários reais], seguida pela inflexibilidade dos salários nominais para baixo, afetando o planejamento e as previsões de lucros dos empresários. Houve queda do investimento direto estrangeiro, acarretando na queda da atividade econômica, ocorrendo assim, a crise.

A partir de 1963, por meio das Reformas de Base propostas pelo Presidente da República João Goulart (JG), buscou a superação da posição de economia dependente do Brasil, gerando uma via de desenvolvimento genuinamente brasileira para superação da crise.

As Reformas de Base foram constituídas pela Lei de Remessa de Lucros, regulamentada em 1964, pela incorporação do setor elétrico pela Eletrobrás, pelo fim dos privilégios que possibilitavam aos estrangeiros a importação sem cobertura cambial² de máquinas obsoletas, visando assim, favorecer o mercado de bens de capital nacional, dentre outras medidas.

JG, no entanto, não chegou a realizar seu plano e foi deposto ainda em 1964, dando lugar ao Regime Militar Brasileiro, que inauguraria um novo modelo econômico e gestaria o “Milagre Brasileiro”.

Instalados no poder, um dos primeiros desafios dos militares foi o de combater a inflação, restringindo a demanda, através de uma combinação de políticas macroeconômicas contracionistas, buscando a elevação das receitas do governo e contendo seus gastos. Também esteve dentro dos esforços do governo militar fazer retornar o capital estrangeiro ao Brasil, mantendo os salários reais baixos e criando um ambiente interno confiável e favorável à sua reprodução. O capital estrangeiro não correspondeu neste primeiro momento e se manteve em níveis baixos.

Embora o controle inflacionário tenha sido bem-sucedido, também estava nos planos recuperar a lucratividade empresarial. Todavia, este último objetivo não fora alcançado e, segundo Souza (2008, p.67), o país permaneceu em crise pelo menos até o ano de 1967.

O ano de 1967 representa o início de um novo ciclo de crescimento que dura até 1979, com ênfase na retomada das políticas de industrialização, baseadas em substituição de importações. O período conhecido como “Milagre Brasileiro” ocorrera entre 1968 e 1973, no qual, de acordo com Souza (2008, p. 76), o país experimentou em um primeiro momento uma taxa média anual de crescimento de 10%, entre 1968 e 1970, e em um segundo momento de 13%, entre 1971 e 1973.

² A cobertura cambial consiste na contratação de câmbio para realizar o pagamento no exterior, ou seja, a sua empresa compra moeda estrangeira e paga o fornecedor. Na importação sem cobertura cambial, há a ausência de contratação de câmbio, o que não implica automaticamente em não pagamento. Em alguns casos realmente são remessas que não necessitam de pagamento como por exemplo: produtos para testes, doações, produtos emprestados ou alguma mercadoria oriunda de investimentos estrangeiros. Em outros casos mesmo sem a cobertura cambial há o pagamento da mercadoria mediante a um contrato de transferências financeiras e a dívida é paga com moeda nacional. (First S.A., 2019)

Dentre os motivos mais relevantes de crescimento entre 1968 e 1970 está a ocupação da capacidade ociosa da economia. Em 1970 também se verificava que houve um maior crescimento do investimento público na formação bruta de capital fixo (FBCF) se compara a do setor privado no mesmo período. O “milagre” também contou com a criação de estatais como a Telebrás e a privatização de empresas estrangeiras

Foram as estatais que alavancaram o investimento público: seu crescimento anual médio no período 1970-74 foi de 21,8%, e por isso sua participação na FBCF, que já havia crescimento de 13,3% em 1965 para 20,3% em 1970, subiu novamente para 23,3% em 1974. Enquanto isso, a taxa anual de crescimento da FBCF do setor privado era de 15,8% em seus pontos percentuais a menos do que o das empresas estatais. (SOUZA, 2008, p. 77).

Com o “Milagre Brasileiro” veio o aumento da taxa de lucro da economia, reanimando o interesse do capital estrangeiro, sob a forma de investimento direto e de empréstimos e financiamentos.

A figura abaixo exhibe os dados referentes à entrada de capital estrangeiro no Brasil.

Figura 2: Penetração do capital estrangeiro durante o “milagre” – 1962-1970

	Investimento direto	Empréstimos e financiamentos
1962-66	US\$ 54,2 mi	US\$ 318,8 mi
1967-70	US\$ 106 mi	US\$ 714 mi

Fonte: Souza (2008, p. 87)

É possível observar que o baixo patamar de investimento estrangeiro direto e de empréstimos e financiamentos fora superado no período de 1967 a 1970, implicando no sucesso do regime militar em promove-las.

A Coreia do Sul segue com seus planos quinquenais, contando com a colaboração dos *chaebols* para a construção de uma economia mais forte e desenvolvida. A partir da constatação da debilidade do setor de bens de capitais, o governo coreano lança o Terceiro Plano Quinquenal (1972-1976), cujos objetivos eram o avanço tecnológico, melhorar a pauta exportadora, integração do território e o desenvolvimento da indústria de defesa. Apesar de já estar presente a preocupação com o mercado de capitais nos anos 1960, esse setor começa a avançar apenas na década de 1970.

A execução do Terceiro Plano Quinquenal visava o estabelecimento da indústria siderúrgica, petroquímica, automobilística, de minerais não metálicos, além de lançar as bases do setor de bens de capital sob encomenda, este último caracterizado por atender necessidades específicas, como a construção naval. É importante ressaltar que a preocupação com pesquisa e desenvolvimento (P&D) e ciência e tecnologia (C&T) já estiveram presentes neste plano.

A década de 1970 trouxe desafios particulares aos países emergentes, como consequência de dois choques do petróleo, o primeiro em 1973 e o segundo em 1979. Bretton Woods também fora outro marco importante, com o fim da paridade do dólar com o ouro e a adoção do câmbio flutuante.

Diante de um cenário externo com suas dificuldades e contando com a reprovação de parceiros como os EUA e o Banco Mundial (por considerar o plano quinquenal inviável), a Coreia do Sul busca junto ao Japão recursos vultosos para a execução do Terceiro Plano Quinquenal. A expansão do Euromercado também fora um fator positivo tanto para a Coreia do Sul, quanto para os países emergentes no geral (LIMA, 2013, p. 40).

Após a execução do 3º Plano Quinquenal, a Coreia do Sul segue para a implementação do 4º Plano Quinquenal, que esteve em voga de 1977 a 1981. Este plano buscou um maior avanço tecnológico, com a entrada em setores como o de computadores e semicondutores, fazendo uso de restrições à importação, mas também deu grande importância à indústria de máquinas (bens de capital). O objetivo deste plano, em linhas gerais, era aumentar ainda mais a pauta exportadora e sua intensidade tecnológica, além de combater problemas estruturais da economia.

No fim da década de 70 o processo de industrialização estava concluído: a base pesada indústria havia se constituído. Duas consequências relevantes desse esforço devem ser destacadas: 1) a dívida externa cresceu expressivamente (de US\$ 4,3 bilhões em 1973 para US\$ 20,3 bilhões em 1979); 2) aumentou muito a dependência de petróleo importado, como resultado da prioridade concedida ao desenvolvimento da indústria petroquímica e do simultâneo crescimento da frota de veículos automotores; 3) aumentaram também as exportações, visto que os projetos da indústria pesada foram concebidos como empreendimentos “Estado-da arte”, com elevadas escalas produtivas, visando simultaneamente os mercados doméstico e externo (COUTINHO, 2000, p. 354).

A figura 3 trata do crescimento anual do PIB no período que compreende os anos de 1972 e 1981.

Figura 3: Crescimento do PIB (anual %) - Coreia do Sul, 1972-1981.

1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
7,214%	14,9%	9,512%	7,84%	13,221	12,336	10,953	8,671	-1,646	7,246

Fonte: The World Bank (2021)

A figura 3 exibe um grande crescimento na Coreia do Sul ao longo da série, interrompido pelo ano de 1980, que de acordo com Lima (2013, p. 40) coincide com uma contração dos recursos externos, atingindo a Coreia do Sul.

Além de todo o diferencial proporcionado pelos planos quinquenais, o Estado coreano tinha sob seu controle os financiamentos destinados à produção, definindo junto aos conglomerados empresariais nacionais (*chaebols*) temas referentes à produção. Destarte, o Estado tinha a possibilidade de impor metas para o que produzir, o quanto se alcançar em produção e o volume a ser exportado. (SAES & SAES, 2013, p. 498).

A partir do segundo semestre de 1974 é iniciado outro momento de desaceleração no Brasil, e de acordo com Souza (2008), isso ocorreu devido ao esgotamento do modelo consolidado no Brasil, a partir do fim dos anos 1960, contrariando explicações mais simplistas que creditavam o desaceleramento apenas ao primeiro choque do petróleo (1973).

Portanto, credita-se este novo momento de crise da economia brasileira ao modelo dependente adotado. Dentre seus problemas, é apresentado por Souza (2008) que o Brasil era vulnerável ao capital estrangeiro, este controlando a economia nacional. A contradição existente entre a penetração do capital estrangeiro em busca de mercados, a incapacidade de se gerar divisas a partir disso e a remessa de seus lucros às matrizes estrangeiras. Souza (2008) também argumenta que, ao deixar o setor industrial sob controle do capital estrangeiro, enquanto o bancário era nacional, dificultava a criação de um capital nacional destinado à produção.

A desaceleração ocorrida a partir de 1974 com o esgotamento do modelo dependente, leva ao fortalecimento de correntes nacionalistas nas Forças Armadas, em detrimento dos movimentos favoráveis ao capital estrangeiro. Como resposta a essa crise posterior ao milagre econômico, é lançado o II PND, que contou com ampla participação do Estado brasileiro para dar continuidade ao ciclo de crescimento que ocorreu entre 1967 e 1979.

O II PND atua estrategicamente para modificar a matriz industrial por meio da ampliação da participação da indústria, ampliação da empresa nacional na economia, melhor

distribuição regional da produção e, conseqüentemente, melhor distribuição de renda (CARNEIRO, 2002, p. 60).

O II PND foi marcado por um aumento no peso do investimento público na FBCF e, portanto, com a elevação da participação das estatais e queda na participação do setor privado. Houve a priorização do aprendizado em áreas de produção de maquinarias, equipamentos e produtos de alto padrão tecnológicos, expansão do financiamento via subsidiárias do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e a tentativa de acabar com um gargalo criado pelo petróleo com a instauração do Proálcool.

O setor naval foi beneficiado pelo II PND, alcançando até 1980 a marca de 199 embarcações, sendo responsável pela criação direta e indiretamente de 211.437 empregos (SOUZA, 2008, p. 132). Outro ponto relevante alcançado pelo plano foi o de aumentar o volume de exportações ao longo da década de 1970, combinando com um processo de substituição às importações.

Ao fim da década de 70, portanto, o Brasil também conseguira galgar um *status* de economia industrializada dentro do padrão da segunda revolução industrial. A primeira etapa do processo brasileiro de industrialização precedeu, cronologicamente, a etapa equivalente na Coreia, visto que já na metade dos anos 1950 o governo Kubitschek empreendeu um significativo impulso em termos de formação da base pesada da indústria [...] (COUTINHO, 2000, p. 356).

A figura 4 trata do crescimento anual do PIB do Brasil entre 1967 e 1979.

Figura 4: Crescimento do PIB (anual %) - Brasil, 1967-1979.

1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
4,2	9,8	9,5	10,4	11,34	11,94	13,97	8,15	5,17	10,26	4,93	4,97	6,76

Fonte: Gazeta do Povo (2019).

A figura acima apresenta certa inconsistência no crescimento, sendo o ano de 1967 de baixo crescimento, enquanto taxas mais elevadas foram conquistadas entre 1968 e 1974. 1975 já se apresenta como um ano de maior queda no crescimento, que é retomado a valores mais elevados a partir de 1976, revelando os efeitos do II PND.

Entretanto, de acordo com Carneiro (2002), o II PND se apresenta como uma alternativa que pouco se difere de outros planos anteriores, como o Plano de Metas, e falhou no que diz respeito ao controle tecnológico, na medida em que apenas a montagem dos setores era

ineficiente e incapaz de reproduzir padrões tecnológicos cada vez mais complexos. Ainda de acordo com o mesmo autor, houve uma dificuldade não superada em relação aos meios de financiamentos, muito dependentes do setor externo.

A figura 5 trata da estrutura de propriedade de empresas de bens de capital no ano de 1980 no Brasil e na Coreia do Sul.

Figura 5: Brasil e Coreia: propriedade das empresas de bens de capital, 1980.

	Máquina Ferramenta	Material Elaborado	Material Elétrico	Total
Brasil	8	6	8	22
Nacionais I	1	0	1	2
Nacionais II ⁽¹⁾	3	5	3	11
Filiais	4	1	4	9
Coreia	7	8	6	21
Nacionais I	2	0	0	2
Nacionais II ⁽¹⁾	5	5	2	12
Conjuntas	0	3	4	7

Fonte: Carneiro (2002).

(1) Empresas nacionais com colaboração técnica estrangeira.

A figura acima exhibe uma diferença crucial entre Brasil e Coreia do Sul no que diz respeito a existência de filiais e de empresas conjuntas. A existência de filiais indica que a empresa está sob controle total da matriz estrangeira, fugindo do controle do país sede e perda de autonomia no desenvolvimento e avanço de novas tecnologias. A Coreia do Sul contornara este problema por meio da criação de empresas conjuntas, indicando colaboração entre o setor interno e externo tanto na produção, quanto no aprimoramento. Ainda assim, o setor externo fica de fora da área de Máquinas de Ferramentas, enquanto as nacionais estão presentes em todos os outros.

O setor produtivo sul-coreano realizava o expediente da imitação a partir de engenharia reversa, de modo que o país pudesse reproduzir uma série de produtos utilizando as próprias marcas, até que mudasse para um patamar superior, o qual pode ser identificado por imitação criativa, em que os produtos além de recriados passam a contar com avanços, melhorias e novas características, indicando a capacidade de o país gerar tecnologia. Esta nova capacidade reproduzida ao longo dos anos 1980 foi possível graças aos incentivos do Estado coreano que promoveu direta e indiretamente o avanço tecnológico, além das necessidades criadas pela

estratégia voltada à exportação que obrigava as empresas a melhorarem o nível técnico do que produziam. (LIMA, 2013)

3.3. OS CAMINHOS SEGUIDOS A PARTIR DE 1980

A Coreia do Sul segue com o Quinto Plano Quinquenal (1982-1986), que basicamente visava aumentar a produtividade da economia e, conseqüentemente, uma maior competitividade no exterior, alcançar um nível maior de renda com menor desigualdade, além de promover reformas na estrutura produtiva com leis antitruste para combater monopólios. Entre as melhorias setoriais promovidas pelo Quinto Plano Quinquenal, a Coreia do Sul investiu fortemente em áreas de P&D e buscou aumentar o teor tecnológico produtivo e inovação.

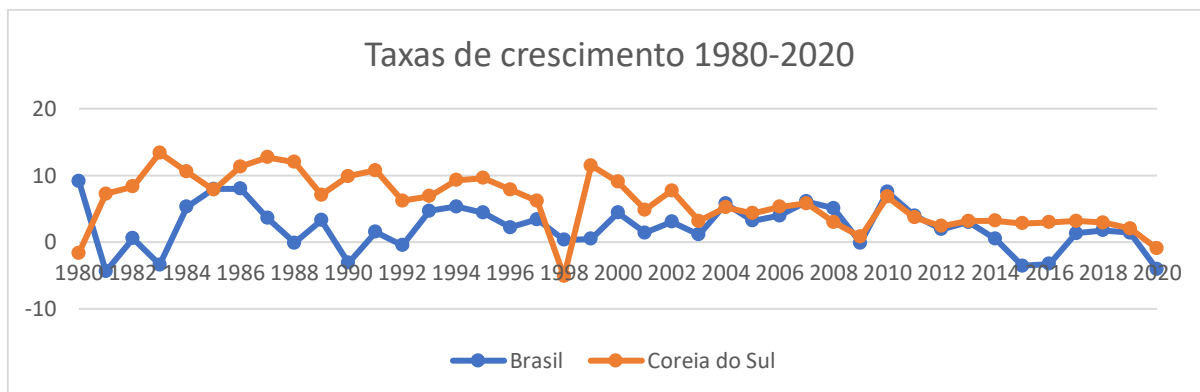
Sendo relevante o fato de que a Coreia do Sul promoveu a liberalização econômica gradual durante a década de 1980, é importante ressaltar que ela se deu em um Estado em que a economia já tivera passado por sua fase de maturação ocorrida nos anos 1960 e 1970, com ampla atuação do Estado com os Planos Quinquenais e mediante sua colaboração com os *chaebols*.

O Brasil, em situação distinta a partir dos anos 1980, passa por crise ocasionada, em grande parte, pelo esgotamento do financiamento externo, havendo enorme transferência de recursos reais ao exterior e com grande impacto sofrido pelo segundo choque do petróleo, que elevou custos gerais em toda economia brasileira em um país que já sofria com a dificuldade em obter divisas externas.

Tanto Brasil quanto Coreia do Sul passaram por desafios similares (embora sempre com aspectos particulares) nas décadas de 1970 e 1980, como o primeiro e o segundo choque do petróleo, no entanto, as bases pela qual o desenvolvimento de ambos países se assentaram é relevante para determinar o que cada país conseguiu lograr.

A figura abaixo conta com um histórico do crescimento do PIB do Brasil e da Coreia do Sul entre 1980 e 2020.

Figura 6: Taxas de Crescimento do Produto (%) – Brasil e Coréia do Sul – 1980-2020



Fonte: World Bank, (2021)

Pela figura 6, observa-se que a partir de 1980, é possível observar que o crescimento sul coreano se manteve acima do brasileiro, em nível considerável, até 2003. Com a crise deflagrada no Brasil em 2015, a Coreia do Sul volta a apresentar um crescimento considerável acima do brasileiro.

Atualmente, a Coreia do Sul faz parte dos países desenvolvidos, além disso, conta com campeãs nacionais com grande peso internacional no setor de tecnologia de ponta, como a Samsung, a LG e com uma montadora de carros de relevância mundial como a Hyundai. O Brasil ainda figura como país subdesenvolvido, preso a uma armadilha da renda média, mesmo havendo concluído a Segunda Revolução Industrial ao fim da década de 1970, assim como o país asiático.

Em 2019, entre os itens mais exportados pelo Brasil se encontram a soja, com participação de 9,99% no valor total, minério de ferro com 9,9% e petróleo cru com 9,35%. No mesmo ano a Coreia do Sul apresenta participação de 13,57% para os circuitos eletrônicos integrados, 5,8% para petróleo refinado e 5,75% para carros.

4. CONCLUSÃO

Brasil e Coreia do Sul se tratam de dois países com uma história comum no que diz respeito ao atraso de suas economias em relação aos países já industrializados no século XX. Há, contudo, notáveis diferenças, as quais podem explicar dentro da construção de suas estruturas econômicas os diferentes destinos.

No Brasil as condições para a industrialização se verificam ainda no século XIX, no entanto, o impulso industrializante se verifica apenas na década de 1930, sob o governo de Getúlio Vargas, simpático às pautas de industrialização nacional, cujas medidas a favoreceram.

O Brasil veio ter o primeiro grande plano de industrialização apenas na década 1950 com o Plano de Metas e o próximo esforço ocorreria no contexto do II PND na década de 1970.

Uma importante peculiaridade dentro do percurso de industrialização brasileiro está nos períodos intercalados de quebra com o modelo voltado ao desenvolvimentismo em direção a um modelo mais liberalizante, sendo notável o período de Dutra como presidente em um primeiro momento, e o início do regime militar em outro.

A Coreia do Sul que passara por dominação japonesa e guerra, só teve plenas condições de decidir seu destino a partir da década de 1950, ocorrendo um processo de substituição às importações. A partir da década de 1960 há a mudança de perfil de estratégia e o país se volta às exportações dentro de um plano de desenvolvimento evidenciado pelos planos quinquenais, estes contínuos até o início dos anos 1980. Fora marcante na experiência coreana a presença dos *chaebols*, que além de se tornarem campeãs nacionais, colaboravam com o Estado no alcance das metas junto a uma estratégia que proibia o investimento estrangeiro direto.

Colocadas lado a lado a trajetória brasileira e a sul coreana, é possível observar que o Brasil se estabeleceu como nação independente em condições de promover um desenvolvimento industrial autônomo muito antes da Coreia do Sul, tendo caminhado para uma aceleração apenas em 1930. A Coreia do Sul a partir da década de 1950 apresenta um crescimento acelerado e a formação de uma estrutura produtiva planejada e fomentada pelo Estado da qual chega aos termos da Segunda Revolução Industrial em um ano similar ao brasileiro.

Contudo, Brasil e Coreia a partir daí seguem caminhos distintos e aos elementos definidores do destino de cada um podem ser apresentados um maior e melhor planejamento estatal da parte da Coreia do Sul ao longo do tempo, apresentando continuidade. Esses fatores não se verificam no Brasil, apresentando longos períodos de ociosidade no que diz respeito a esforços direcionados à industrialização, sendo rompidos por Getúlio Vargas em 1930, mas ainda assim faltando no decorrer dos anos de continuidade e aprofundamento.

Além do que já foi apresentado, também é mister observar como o investimento direto não fez parte das estratégias de desenvolvimento sul-coreano, chegando a ser vetado, enquanto no Brasil fez parte de uma estratégia de impulsionamento do desenvolvimento. A Coreia do Sul dentro do contexto dos planos quinquenais proporcionou aos *chaebols* o status de campeões nacionais com alcance global de produção de produtos de ponta, como a LG, Samsung e Hyundai. O Brasil, por outro lado, a partir de 1980 mergulhara em uma crise da dívida e ainda hoje não alcançou o status de país desenvolvido que a Coreia do Sul, apresentando períodos

de crescimento sofrível, enquanto a Coreia do Sul manteve boas taxas de crescimento pelos anos 1980, 1990 e 2000.

O que este trabalho visa sugerir não é que as fórmulas do passado se apliquem aos casos presentes integralmente, mas sim a necessidade de uma relação próxima entre o Estado e o mercado para a superação dos desafios que se colocam como entrave do progresso técnico e humano. O sucesso da Coreia do Sul sugere que foi exatamente isso que foi realizado. Ainda há muito o que se superar no Brasil.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Victor Leonardo de; MATTOS, Fernando Augusto. A economia brasileira de Getúlio a Dilma: novas interpretações. 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 2021.

BIELSHOWSKY, Ricardo (org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil 1930-1967**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. 1ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

FIORI, José Luís (org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LIMA, Uallace Moreira. **Desenvolvimento capitalista e inserção externa na Coreia do Sul: A economia política da diversificação industrial e do comércio exterior de bens de capital (1974-1989)**. 2013. 298 p. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/286062/1/Lima_UallaceMoreira_D.pdf
Acesso em: 13 out. 2021.

MAZZUCATO, Mariana. **The entrepreneurial state: debunking public vs. private sector myths**. New York: Anthem Press, 2013.

NIERDELE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco. **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRG, 2017.

PIB do Brasil: histórico e evolução em gráficos. Gazeta do Povo, 29 de abril de 2019. <https://infograficos.gazetadopovo.com.br/economia/pib-do-brasil/> Acesso em: 21 dez. 2021.

SAES, Flávio Azevedo Marques; SAES, Alexandre Macchiore. **História econômica geral**. São Paulo: Saraiva, 2013.

Saiba o que é cobertura cambial na importação. First S.A., 8 de julho de 2019. <https://firstsa.com.br/saiba-o-que-e-cobertura-cambial-na-importacao/#:~:text=A%20cobertura%20cambial%20consiste%20na%20contrata%C3%A7%C3%A3o%20de%20c%C3%A2mbio,cambial.%20Vamos%20entender%20os%20aspectos%20de%20cada%20uma>. Acesso em: 21 dez. 2021.

SOUZA, Nilson. **Economia brasileira contemporânea: de Getúlio a Lula**. 2. Ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. 3. Ed. São Paulo: Hucitec, 2021.

WORLD BANK. IBRD; IDA. 2021. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?end=1981&locations=KR&start=1972&view=chart> Acesso em: 16 nov. 2021.

WORLD BANK. The East Asian Miracle. Economic Growth and Public Policy. (World Bank Policy Research Report), Vol. 2. Washington: The World Bank, 1993. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/322361469672160172/pdf/123510v20PUB0r00Box371943B00PUBLIC0.pdf> Acesso em: 19 out. 2021.